

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de julho de 2020 às 07h48
Seleção de Notícias

Folha de S.Paulo | BR

Pirataria

No escurinho da lei	3
----------------------------------	----------

ILUSTRADA

G1 - Globo | BR

08 de julho de 2020 | Direitos Autorais

Hotel em Rio Branco é condenado a pagar mais de R\$ 21 mil por direitos autorais ao Ecad	5
---	----------

08 de julho de 2020 | Pirataria

Polícia Civil apreende mais de 3 mil roupas falsificadas de marcas famosas produzidas em fábrica de SP	6
---	----------

UOL Notícias | BR

Patentes

Plano para imunizar o mundo se transforma em intensa disputa política	7
--	----------

JAMIL CHADE | JAMIL CHADE

Agência Câmara | BR

08 de julho de 2020 | Pirataria | Biopirataria

Câmara aprova Protocolo de Nagoia sobre recursos da biodiversidade	10
---	-----------

No escurinho da lei

ILUSTRADA

Drive-ins que exibem filmes piratas se multiplicam na quarentena, gerando atrito entre operadores ilegais e os que pagam pelos direitos

Leonardo Sanchez

Durante a pandemia de coronavírus, os drive-ins viraram a nova sensação em várias cidades do país. Uma das poucas formas de entretenimento para além do sofá, esse tipo de atração pipocou e, só em São Paulo, já ocupou o Centro de Tradições Nordestinas, o Allianz Parque, o Memorial da América Latina, a ponte estaiada e o Tom Brasil - e mais deles ainda estão a caminho.

Mas o volume de eventos do gênero e a diversidade dos lugares que os recebem evidenciam um problema. Ao contrário do que muitos pensam, para montar um drive-in não basta estender uma tela e ligar o projetor. Há muita burocracia envolvida nisso e nem todos estão seguindo as regras.

Desde que o frenesi do cinema sobre rodas começou, diversos exibidores de São Paulo e de outras regiões do país têm denunciado drive-ins piratas, que projetam filmes sem a autorização dos detentores de seus **direitos** autorais.

Empresários e associações do parque exibidor calculam que mais de 50 eventos tenham sido identificados, no mês passado, por anunciarem filmes para os quais supostamente não tinham autorização para exibir. Destes, muitos acabaram se regularizando antes das sessões, enquanto outros precisaram alterar a programação. Uma parte, porém, seguiu inalterada e fora da lei.

Um dos casos mais emblemáticos dessa disputa entre exibidores de longa data e amadores aconteceu em Bebedouro, no interior paulista.

Entre maio e junho, a prefeitura ali promoveu uma sé-

rie de sessões de cinema no sambódromo da cidade. Os longas inaugurais foram "O Rei Leão" e " Vingadores: Ultimato", ambos da Disney. O problema é que o estúdio, por enquanto, não está licenciando seus filmes para drive-ins.

Na semana seguinte, Bebedouro voltou com a programação, mas dessa vez deixou a escolha dos longas para a população. Entre os seis filmes da votação, quatro também eram da Disney. " Fizemos na primeira semana e foi um sucesso absoluto. A empresa contratada tem todas as licenças e autorizações", disse o prefeito Fernando Galvão, à época, em nota publicada pela assessoria de imprensa da cidade.

A empresa em questão é a Cine Cidade Produções Cinematográficas Eireli. Procurado, o proprietário dela, Rogério Nascimento, afirmou que só alugou os equipamentos para a prefeitura e alegou que suposto caso de **pirataria** seria irrelevante por estarmos no meio de uma pandemia.

Já a prefeitura diz que a empresa "ficou com toda a responsabilidade [pelos filmes], segundo contrato firmado".

A 50 quilômetros dali, em Barretos, Mareio Eli Leão, diretor da Centerplex Cinemas e da Associação dos Exibidores Brasileiros, pagou o preço por regularizar os filmes que exibiu em seu drive-in - literal e metaforicamente.

Por causa da concorrência pirata, Leão viu seu cinema ao ar livre esvaziar. " Tomei uma bucha porque ninguém aceita os filmes que exibi, querem os filmes de Bebedouro. Somos chamados de defasados, de ladrões, porque não conseguimos competir com os preços."

Tanto em sessões de cinema tradicionais quanto em drive-ins, uma parte da arrecadação de ingressos costuma ir para os detentores dos direitos do filme exi-

Continuação: No escurinho da lei

bido. Essa porcentagem gira em torno de 50% para títulos novos e vai caindo com o passar do tempo.

Além do repasse aos estúdios, existe ainda um valor que vai para o Ecad, por causa da trilha sonora. Os exibidores também precisam cadastrar seus drive-ins junto à Ancine.

"Aqueles que já são exibidores é que deveriam estar operando os drive-ins, porque é o aprimoramento de uma atividade muito específica", explica Sherion Adley, diretor comercial e de marketing da Cinesystem, que já realizou seis projetos do gênero pelo país e tem mais 11 em abertura ou em processo de negociação.

"Muita gente está entrando nesse mercado sem respeitar o modelo. Acho que todo mundo tem que ganhar dinheiro, ainda mais nesse momento, mas da maneira correta. Fico chateado quando vejo gente que quer fazer drive-in só porque tem uma tela e um Blu-rayf

Segundo ele, como há muitos exibidores novos nessa área, alguns não agem de má-fé e, assim que ficam cientes dos trâmites necessários, desistem dos projetos ou se adequam.

Nesse labirinto de autorizações para montar um drive-in, alguns exibidores regularizados reclamam que falta fiscalização. O Sindicato de

Empresas Exibidoras Cinematográficas do Estado de São Paulo tentou estancar o problema ao enviar um comunicado à Associação Paulista de Municípios e ao Conar, endereçado a anunciantes, com orientações sobre [pirataria](#).

Já a Motion Picture Association, que representa os

principais estúdios de cinema americanos, afirmou que está "comprometida com a proteção da indústria do entretenimento".

"No meio dessa crise de saúde global sem precedentes, nós apoiamos e encorajamos formas alternativas de entretenimento, a exemplo dos drive-ins - e temos trabalhado com agentes da indústria e com os responsáveis por tais eventos, para assegurar que esses exibidores cumpram os requisitos legais necessários."

Já o Ecad informa que "está atento aos eventos, mas, de acordo com a lei de [direitos](#) autorais, é responsabilidade do promotor entrar em contato com o Ecad de forma prévia à realização do evento". A Ancine encoraja que denúncias de violação de [direitos](#) autorais sejam feitas por email e afirma que "atua de forma coordenada com os órgãos de repressão à violação de [direito](#) autoral"

â;

DRIVE-INS

DENUNCIADOS

Bebedouro

A prefeitura da cidade realizou exibições de filmes da Disney, que não está licenciando seus títulos. Procurada, informou que a responsabilidade é da empresa contratada para realizar evento, que por sua vez diz que só disponibilizou os equipamentos Limeira. O Cine Air Limeira também exibiu títulos da Disney. Os organizadores do evento não responderam às tentativas de contato da reportagem

Hotel em Rio Branco é condenado a pagar mais de R\$ 21 mil por direitos autorais ao Ecad



1 de 1; Hotel em Rio Branco é condenado a pagar mais de R\$ 21 mil por **direitos** autorais -oogle Street View

Hotel em Rio Branco é condenado a pagar mais de R\$ 21 mil por **direitos** autorais -oogle Street View

O hotel João Paulo, em Rio Branco, foi condenado a pagar mais R\$ 21 mil de indenização de **direitos** autorais por oferecer músicas protegidas pelos televisores dos quartos sem pagar pela arrecadação. A decisão é da 5ª Vara Cível e divulgada pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC) nesta terça-feira (7). O valor determinado na sentença corresponde ao período de setembro de 2016 a fevereiro de 2019.

A ação foi movida pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), após constatar que o hotel estava fazendo a promoção pública de músicas protegidas, para compor a trilha do ambiente, inclusive nos quartos, e também em eventos sem a autorização dos titulares dos **direitos** autorais e sem o pagamento do valores devidos para utilização pública, segundo informações do TJ-AC.

O **G1** não conseguiu contato com o advogado que re-

presenta o Ecad, nem do hotel que foi condenado a pagar a indenização.

A decisão da juíza do caso é de que as obras musicais e outras criações artísticas estão protegidas por lei dos **direitos** autorais e que o uso de rádio e TV em quartos de hotéis e motéis autoriza a cobrança desse direito, o que acarreta na obrigação do estabelecimento em pagar o valor determinado.

A decisão da justiça ainda proíbe qualquer tipo de execução de música no hotel sem a devida autorização prévia do Ecad.

Polícia Civil apreende mais de 3 mil roupas falsificadas de marcas famosas produzidas em fábrica de SP



Civil prossegue com as investigações.

Trinta máquinas computadorizadas que produziam as roupas piratas também foram apreendidas em São Paulo - Foto: Divulgação/Polícia Civil de SP

Trinta máquinas computadorizadas que produziam as roupas piratas também foram apreendidas em São Paulo - Foto: Divulgação/Polícia Civil de SP

Mais de 3 mil roupas falsificadas de marcas famosas são apreendidas em fábrica na Zona Leste de São Paulo - Foto: Divulgação/Polícia Civil de SP

Mais de 3 mil roupas falsificadas de marcas famosas são apreendidas em fábrica na Zona Leste de São Paulo - Foto: Divulgação/Polícia Civil de SP

A Polícia Civil apreendeu, na terça-feira (7), mais 3.700 roupas falsificadas de marcas famosas que eram fabricadas no bairro Cangaíba, na Zona Leste de São Paulo. Além das peças de vestuário, foram apreendidas 30 máquinas computadorizadas de última geração que confeccionavam as roupas.

A **falsificação** foi descoberta por agentes da 1ª Delegacia da Divisão de Investigações Gerais (DIG), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). As equipes foram até o imóvel na Rua Cambri, onde ocorria produção **pirataria**.

O responsável pelo local foi ouvido no inquérito que apura crime contra propriedade material. A polícia

Plano para imunizar o mundo se transforma em intensa disputa política

JAMIL CHADE

Na Organização Mundial da Saúde, a avaliação feita longe dos holofotes é de que a atual pandemia só será freada agora com uma vacina. No melhor dos cenários, os produtos chegarão ao mercado em meados de 2021. Mas, nos bastidores, governos já vivem uma inédita batalha diplomática em relação ao produto, abrindo negociações, corrida aos produtores e ameaças de disputas legais.

Para a cúpula da OMS, se o mundo fracassou em estabelecer um acordo de cooperação e solidariedade para lutar contra o vírus que já matou mais de 500 mil pessoas, o cenário pode abrir uma crise profunda na disputa pela vacina. Uma demonstração dessa situação foi dada com o comércio de respiradores e máscaras, repleto de desvios, verdadeiros leilões de cargas e jogadas comerciais.

Na esperança de evitar esse novo capítulo de uma crise global, a tentativa da comunidade internacional agora é a de fechar um acordo sobre a vacina, antes mesmo que o produto chegue ao mercado e justamente para garantir que a disputa que se viu em março e abril não se repita em uma nova escala, ainda maior.

O temor é de que os países mais ricos simplesmente comprem todas as primeiras doses, deixando o restante do mundo com uma séria escassez.

Tanto nos EUA como na Europa, movimentações já dão indicações de que o cenário de concorrência pode se concretizar. Em Bruxelas, por exemplo, a UE reservou bilhões de euros para já negociar a pré-compra com multinacionais. Em Washington, tratamentos foram alvo de uma ofensiva de compras do governo, entre eles o remdesivir.

Em Genebra, um mecanismo foi proposto nesta semana para estabelecer regras: o Acordo Global para

Garantir uma Alocação Justa de Produtos da Covid-19. Trata-se de um projeto que envolve a OMS e a aliança de vacinas, conhecida como Gavi, além de outras entidades e governos.

Em meados de junho, os primeiros detalhes foram apresentados aos embaixadores de todo o mundo. Um segundo encontro ocorreu na semana passada. Agora, um texto de rascunho do acordo foi elaborado e a meta é de que o entendimento esteja concluído ao final de julho.

Pelo projeto, critérios seriam estabelecidos para que grupos recebam de forma prioritária a vacina. Isso incluiria profissionais do setor de saúde, idosos e adultos com problemas de saúde. Juntos, esses três segmentos representariam cerca de 20% da população mundial e a meta é de que 2 bilhões de doses sejam produzidas até o final de 2021. O projeto envolve US\$ 18,1 bilhões, dos quais US\$ 11 bilhões são necessários imediatamente.

Mas para chegar a todos esses segmentos prioritários na vacinação, seriam necessários 3,7 bilhões de doses, considerando que cada pessoa terá de tomar duas doses da futura vacina.

Não haverá, porém, produtos para todos num primeiro momento e uma das estratégias da OMS é de que, no novo acordo, fique estabelecido que todos os países receberiam, num primeiro momento, um volume suficiente para vacinar 3% de sua população. Com isso, todos os profissionais de saúde e trabalhadores sociais seriam atendidos e todos os países seriam atendidos.

Quem paga?

Mas, para muitos governos, o projeto ainda não garante que, de fato, todos tenham acesso os produtos,

Continuação: Plano para imunizar o mundo se transforma em intensa disputa política

um promessa martelada pela agência de Saúde desde o primeiro dia da crise. Em documentos da Aliança de Vacinas - a Gavi, fica claro que existem dois níveis de países no pacote.

Um deles é composto por países de renda baixa e que, portanto, serão apoiados com doações e envio de remédios e vacina.

O outro nível é composto por países ricos e países de renda média, entre eles o Brasil, Rússia, Argentina ou México. Esse segundo grupo também terá o direito de atender a 20% de suas populações com a vacina. Mas serão obrigados a pagar e a depositar, já de entrada, 10% do custo.

A coluna apurou que o governo brasileiro já recebeu o esboço do acordo e, em Brasília, está avaliando seu impacto no Brasil. Mas o principal ponto de preocupação se refere às indicações de que países de renda intermediária, exatamente como o Brasil, terão de financiar suas próprias compras.

Das 2 bilhões de doses que o projeto planeja garantir ao mundo até o final de 2021, 1 bilhão iria para esse grupo de países de renda intermediária e elevada.

Existe ainda outro obstáculo: governos que contribuem para o fundo mundial que será usado para criar um estoque global de vacinas terão, em tese, prioridade na compra dos produtos. Para entidades, isso significa que os mais ricos que vão depositar dinheiro no projeto também também prioridades.

Entre os governos, há ainda outra polêmica: pelo projeto, países receberão com base em sua população acima de 65 anos de idade. Mas, para dezenas de sociedades em desenvolvimento, a taxa de idosos não é a mesma de um país rico. O que esse grupo quer saber é se, como resultado, eles receberão um número menor de doses.

Há duas semanas, a vice-diretora adjunta da OMS, a brasileira Mariângela Simão, explicou à coluna que o

plano havia prevê a criação de uma espécie de estoque mundial de vacinas e que dali sairiam lotes para locais mais necessitados com base em critérios técnicos.

O monopólio do futuro

Entidades especializadas em saúde pública já alertam que o projeto ameaça deixar milhões de pessoas sem acesso ou coloca governos de países em desenvolvimento em séria dificuldade financeira.

No final de junho, 45 organizações internacionais do setor da saúde escreveram uma carta para o conselho administrativo da Gavi para alertar que, pelo atual projeto, a promessa de que a vacina seja um "bem público" jamais será cumprida.

O centro da crítica se refere à preservação da **patente**, sem qualquer indicação de que a propriedade intelectual das empresas seja flexibilizada ou mesmo suspensa.

"Em uma abordagem "business as usual" de propriedade intelectual, as empresas farmacêuticas podem reter e buscar direitos sobre as vacinas em desenvolvimento, resultando em vacinas que são proprietárias e estão sob o monopólio de empresas individuais", alerta o grupo formado por entidades como Médicos Sem Fronteira, Access to Medicines Ireland, Foundation for Integrative AIDS Research, Health Action International, Knowledge Ecology International, Public Eye e STOPAIDS.

"Como não houve mudança na forma como a propriedade intelectual é tratada durante a pandemia, as empresas farmacêuticas são capazes de monopolizar o futuro", dizem.

Segundo o grupo, mais de US\$ 4,5 bilhões de financiamento público e filantrópico já concedidos a empresas para pesquisa e desenvolvimento de vacinas, o que em parte vem dos contribuintes.

Continuação: Plano para imunizar o mundo se transforma em intensa disputa política

"O financiamento público e filantrópico já concedido deverá resultar na entrega de vacinas eficazes que são designadas como bens públicos globais: vendidas a preço de custo e livres de controle de monopólio", defendem.

"Embora apreciemos a necessidade de soluções urgentes e rápidas, advertimos contra a pressa em adotar uma estratégia falha que corre o risco de comprometer o acesso futuro", alertam.

Falta de transparência

Outra acusação se refere à suposta falta de transparência das entidades. Segundo a carta, a aliança de vacinas fechou um acordo de US\$ 750 milhões com a AstraZeneca para 300 milhões de doses de sua potencial vacina.

"Embora a AstraZeneca reclame um preço "sem lucro" em seu acordo com a Gavi, não há transparência com a qual verificar esta informação", dizem. "Vale a pena notar que enquanto Gavi normalmente negocia preços 90% menores que os países industrializados (com empresas de vacina), este acordo é apenas 37% menor que o dos Estados Unidos, um dos países mais ricos do mundo", alertam. "Não deve haver lucro por trás desta pandemia global", apelam.

Um dos problemas ainda identificados é o estabelecimento de preços escalonados entre o mecanismo global e as empresas. Isso, segundo eles, proporcionaria "às empresas farmacêuticas a oportunidade de lucrar ainda mais com esta crise de saúde global".

"O nacionalismo míope é inaceitável diante desta pandemia onde a alocação equitativa de futuras doses de vacina COVID-19 entre países e a solidariedade global devem ser primordiais", defendem as entidades. "Portanto, apoiamos o conceito de um mecanismo global como um contraponto necessário às medidas nacionalistas de estocagem, e como um meio de proteger a saúde pública e conseguir uma verdadeira equidade no acesso às futuras vacinas COVID-19", diz o grupo que, por décadas, lutou exatamente para garantir o acesso ao tratamento contra o HIV nos países mais pobres.

"Entretanto, um mecanismo global precisa garantir que todos os países estejam vinculados a ele e que a desigualdade subjacente no acesso aos cuidados de saúde seja tratada priorizando a proteção das populações mais vulneráveis que vivem em ambientes com recursos limitados", completam.

Câmara aprova Protocolo de Nagoia sobre recursos da biodiversidade



Maia (DEM-RJ), afirmou que a aprovação marca um "novo momento de um ótimo diálogo" construído entre todos os partidos, em especial das bancadas do agronegócio e do meio ambiente.

"É histórico para todos nós, em um momento importante para o País", disse Maia, ao citar viagem à Europa em outubro de 2019 a diferentes países para mostrar o compromisso do Parlamento com a preservação ambiental. A iniciativa aconteceu meses depois do aumento nas queimadas na Amazônia.

Rodrigo Maia: a aprovação do acordo foi possível pelo diálogo entre as bancadas ambientalista e do agronegócio

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (8) o Projeto de Decreto Legislativo 324/20, que ratifica o Protocolo de Nagoia no Brasil. O documento regula o acesso e a repartição de benefícios dos **recursos** genéticos da biodiversidade. O texto segue agora para o Senado.

O protocolo estabelece que os países têm soberania sobre seus **recursos** genéticos. Eventual exploração por empresas ou organizações estrangeiras fica condicionada a autorização expressa dos países detentores desses recursos.

O documento foi elaborado na 10ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (Cop-10), em outubro de 2010, no Japão.

Parceria

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 5

Pirataria
3, 6

Patentes
7

Pirataria | Biopirataria
10